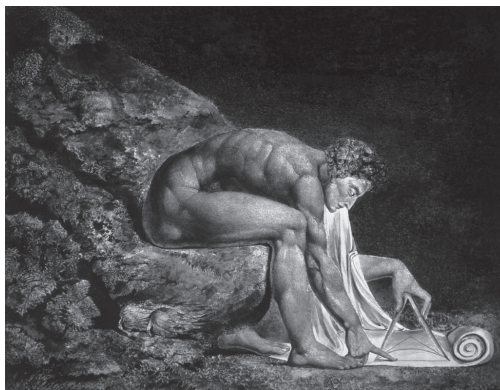


AUTENTICIDADE x EXPLORAÇÃO IMAGÉTICA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Natália Miranda Vieira

Faculdade Damas da Instrução Cristã, Recife, Brasil



Imagens deste artigo no Anexo I

Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho: “Patrimônio e cultura: processos de politização, mercantilização e construção de identidades”. In: CD da 25ª reunião brasileira de antropologia, 11 a 14 de junho. Goiânia. Goiás. Brasil, 2006. Revisado em junho de 2007.

Resumo: Este artigo discute processos de revitalização de áreas históricas, identificando suas características e como se tem tratado a questão da autenticidade do patrimônio edificado. Para tal, observaremos o Pelourinho (Salvador), o Bairro do Recife (Recife) e a Praia Grande (São Luís), analisando posturas de intervenções adotadas. Para entender estes processos de revitalização é preciso observar o contexto de crescente valorização do patrimônio cultural enquanto mercadoria, que, no Brasil, assume maior representatividade nas décadas de 80 e 90. Este contexto será observado a partir de três pontos-chave: a importância da imagem, o processo de ampliação do conceito de patrimônio e o desenvolvimento da indústria turística. O urbanismo contemporâneo caracteriza-se por um projeto de cidade voltado para a formação de uma imagem positiva que se utiliza do patrimônio histórico como um dos temas principais. Ironicamente, à medida que as cidades buscam um diferencial, tornam-se cada vez mais semelhantes entre si. Como, então, a autenticidade do patrimônio edificado tem sido afetada por estas revitalizações?

Palavras-chave: Revitalização, Autenticidade, Imagem.

Abstract: This article discusses the process of revitalization of historic areas, identifying their characteristics and how the authenticity of built heritage has been assessed. For that purpose, we will observe Pelourinho (Salvador), Bairro do Recife (Recife) and Praia Grande (São Luís), analysing the intervention stances adopted. These revitalization processes must be understood within a context of growing appreciation of cultural heritage as a product to be consumed, that in Brazil gets more representative in the eighties and nineties. This context will be observed from three key points: the importance of image, the ampliation of the heritage concept and the tourist industry's development. Contemporary urbanism is characterized by a city project geared towards the formation of a positive image that uses cultural heritage as one of its main themes. Ironically, the more the cities search for a differential, the more similar they become. So, the question posed is: how the built heritage authenticity has been affected by those revitalization processes?

Key-words: Revitalization, Authenticity, Image.

1. O papel do Patrimônio Cultural na produção da Imagem da Cidade

A imagem da cidade contemporânea passa a ter papel fundamental na competitividade entre cidades e regiões que, no mundo globalizado, substitui, ou, pelo menos, torna-se mais evidente que a competitividade entre nações. O projeto de cidade empreendido pelos governos locais tem se detido cada vez mais na construção de uma imagem urbana positiva e atrativa a investimentos externos. A importância dada, hoje, à elaboração de um projeto de cidade bem definido, acompanhado por uma estrutura de marketing, deve-se em grande medida ao fato de que estes facilitam e impulsionam a atuação de agentes privados.

Neste contexto, o patrimônio cultural tem sido utilizado como uma das principais ferramentas para a construção de imagens-síntese das cidades. Isso se deve, em parte, ao desenvolvimento da indústria turística e à exploração dos espaços históricos por esta. Assim, as cidades que possuem um patrimônio cultural de destaque têm se utilizado deste para seduzir o olhar estrangeiro mostrando o diferencial da sua localidade. Uma identidade cultural marcante torna-se essencial para que as cidades possam ser vistas como local atraente para se conhecer e viver, tornando-as competitivas. “Afinal, belas praias existem em várias partes do mundo, mas cultura é a marca registrada de um povo.” (VIA BAHIA, abril de 1998: 24)

Assim, encontramos nas áreas históricas um material de riquíssimo apelo para exploração da imagem e incremento à atividade turística. Em cidades como Recife e Salvador, que se constituem em importantes centros urbanos desde o período colonial, possuindo vasto patrimônio histórico e cultural, os projetos recentemente implantados

passam tanto pela valorização de locais históricos enquanto cenário e bens de consumo quanto pela criação de novas áreas de lazer.

Salvador é um forte exemplo da construção de uma política de gestão que prioriza a formação de uma imagem positiva e conta com vários projetos urbanísticos neste sentido. As propagandas veiculadas pela Secretaria de Cultura e Turismo do Governo do Estado exemplificam bem o espírito e a intenção destes projetos. Numa delas observa-se a frase: “Salvador. Agora em nova embalagem.” e ao lado fotos do Pelourinho recuperado, do Parque de Pituvaçu, Parque da Lagoa do Abaeté e Wet’n Wild. As intervenções urbanas são equiparadas a “embalagens” para auxiliar no consumo dos “produtos” da cidade por moradores e visitantes (Ver Ilustração 01).

Parece sintomático que, em 1991, haja uma reestruturação no Governo do Estado da Bahia onde é criada a Secretaria de Cultura e Turismo, retirando a área da cultura da Secretaria de Educação e Cultura e retirando a área de turismo da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo (FERNANDES, 1998: 31). Segundo o então governador Paulo Souto, a opção de reunir as áreas da cultura e do turismo em uma só pasta deveu-se à importante constatação de que a Bahia possui um diferencial em relação a outras regiões brasileiras, além das atrações naturais e do patrimônio histórico possui uma carga cultural muito forte. Assim, a política de formação de imagem do estado está diretamente ligada aos acontecimentos culturais que passaram a ser identificados como o “algo mais” da região (VIA BAHIA, abril de 1998: 06).

Em entrevista a revista Via Bahia, publicação da Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, o então prefeito da cidade, Antônio Imbassahy reforça a opinião de Paulo Souto (VIA BAHIA, dezembro de 1997: 05): “Acho que a cultura é fundamental e não pode ser vista apenas pelo aspecto folclórico, a cultura é economia também. A Bahia vende a sua cultura, a sua história através de uma Secretaria que soube fazer uma conexão muito inteligente entre turismo e a cultura - isso faz com que esse produto, que é a nossa cidade, seja melhor vendido.”

Autenticidade x exploração imagética do patrimônio cultural

Como observa Arantes (1995), quando da análise das políticas preservacionistas atuais, houve uma mudança no vocabulário político que substituiu a tão falada reativação social pela emergente reanimação cultural.

Já na cidade de Recife, o que se observa é um processo ainda incipiente de execução de obras apoiadas em um marketing urbano para a formação de uma imagem positiva da cidade. Também de olho na indústria turística, o governo local investe principalmente na recuperação do patrimônio histórico, nas praias do litoral sul e norte, na orla de Boa Viagem e na revitalização do Bairro do Recife. Iniciada em 1993, a revitalização do Bairro do Recife também possui como discurso legitimador e promotor a condição histórica da localidade e sua importância para a identidade local. O folder propagandístico do empreendimento Bairro do Recife demonstra como a associação entre cultura e turismo, história e marketing, tem sido um negócio bastante lucrativo (ver Ilustração 02). Neste caso, a avaliação é apenas quantitativa, o que vale são os números.

Todo o discurso do Plano de Revitalização do Bairro do Recife gira em torno da preservação do patrimônio histórico, reconhecendo sua viabilidade como fonte de renda através da utilização de toda a sua carga simbólica para a exploração das atividades turísticas e de lazer. Em depoimento a Madureira (1996: 120), um dos novos usuários do Bairro do Recife ressaltou que: “Algumas cidades estão crescendo hoje como Fortaleza, Natal. Elas estão crescendo sem passado, e as pessoas estão curtindo as cidades por curtir. Aqui tem uma história, aqui a gente tá curtindo também novas tendências, mas com o pé no passado, em tradições, o que é importante... algumas pessoas esquecem isso.”

Mais um depoimento colhido por Madureira (1996: 118) entre os novos usuários do Bairro do Recife revitalizado demonstra esse processo: “A revitalização do Bairro do Recife induziu os recifenses a se sentirem na origem, pelo fato das construções serem de estilo antigo e serem essenciais ao Recife. Você se sente cheirando a alma do Recife.” Através destes depoimentos também podemos identificar o orgulho cívico desencadeado por tal processo. Os cidadãos sentem-se orgulhosos

da sua cidade cheia de cultura e história e sentem-se recompensados em poder mostrar tudo isso a quem chega de outros lugares. Aqui não se pode deixar de levar em conta o papel fundamental da mídia que funciona como formadora de consenso.

Paradigma do urbanismo contemporâneo, o projeto de cidade exemplificado através das cidades de Salvador e Recife, buscam o reconhecimento da cidade dentro de um mundo globalizado, através de um *city marketing* baseado em todo um bem organizado aparato promocional. Segundo Garcia (1998:10): “Entre os cidadãos e a cidade estão os meios tecnológicos de informação e comunicação. Eles não informam sobre a cidade, eles a refazem à sua maneira, hiper-realizam a cidade transformando-a num espetáculo. Este espetáculo ostenta uma cidade sem contradições, porque sem profundidade, uma imagem plana, evidente. As intervenções urbanísticas parecem significar por elas próprias. Desta forma pensamos que a imagem-mito é uma linguagem domesticada para ‘cantar louvores’ às intervenções urbanas, para seduzir aos cidadãos, ao contrário de estimular qualquer tipo de ação efetivamente construtora de cidadania.”

O poder que é exercido pela imagem excede, e muito, o da informação objetiva de que ela é portadora. Assim, informações podem ser distorcidas de acordo com a manipulação das imagens selecionadas e veiculadas nos grandes meios de comunicação (AUGÉ, 1994:34). O discurso do consumo é elaborado com uma cuidadosa dosagem do discurso da informação, porém, o objetivo principal é dar espaço ao primeiro sem que as pessoas se apercebam disso (BAUDRILLARD, 1995: 128).

Essa capacidade manipulatória da consciência individual por parte dos meios de comunicação foi primeiro alertada por Horkheimer e Adorno em 1947. O real confunde-se com o imaginário dentro do grande cenário narrativo produzido pela mídia (SUBIRATS, 1989: 71; 86). A televisão passa a ser a grande fornecedora da realidade, impressionando até mesmo os experts tecnológicos de como a realidade material oferece tão pouca resistência (WELSCH, 1996:4-5).

Baudrillard (1995: 24-25) também nos alerta para a potência intrínseca à imagem e aos signos que, no final das contas, nos propor-

cionam um tranquilo abrigo à realidade. “Vivemos desta maneira ao abrigo dos signos e na recusa do real. Segurança miraculosa: ao contemplarmos as imagens do mundo, quem distinguirá esta breve irrupção da realidade do prazer profundo de nela não participar. A imagem, o signo, a mensagem, tudo o que consumimos, é a própria tranquilidade selada pela distância ao mundo e que ilude, mais do que compromete, a alusão violenta ao real.”

Faz-se importante também fazer a distinção entre a imagem e o imaginário da cidade. Apesar de ambos terem a característica em comum de qualificar a cidade, Ferrara (1996: 194-201) observa diferenças conceituais cruciais entre os dois. Enquanto que a imagem produz um único significado que conduz a uma fruição e leitura previamente determinados, o imaginário urbano corresponde a um processo de multiplicação de significados. Tanto na recepção quanto na percepção, o imaginário é resultado de um processo bem mais complexo que exige participação (recepção) e juízo perceptivo (percepção). “A imagem é concretamente construída; o imaginário é estimulado ou desencadeado pelas características urbanas” (FERRARA, 1996: 196)

Dentro da superficialidade característica das relações e processos contemporâneos, a formação de uma imagem torna-se mais importante do que o estímulo ao imaginário urbano. Esta imagem forma um cartão postal apelativo e de fácil assimilação que se constitui em um “registro temático preferido dos cartões e mapas turísticos e faz as delícias de qualquer viajante mais desavisado” (FERRARA, 1996: 196).

2. A ampliação do conceito de patrimônio e a sua exploração pelo turismo

Podemos falar hoje também no processo corrente de patrimonialização, onde a noção de patrimônio é ampliada devido a basicamente três fatores:

Primeiramente, por conta das identidades parcelares e fragmentárias que começam a reivindicar seu espaço já que não eram contempladas através da “identidade nacional”. As minorias passam a ter voz e quebra-se a possibilidade de uma identidade coletiva unitária (HALL, 1999);

O segundo fator seria o próprio tempo, que passa cada vez mais veloz e ameaça mais a permanência de valores patrimoniais. Os fenômenos da globalização e a valorização excessiva do efêmero acabam levando ao pânico da perda de símbolos. Vivemos, então, um período onde: “a planejada obsolescência da sociedade de consumo encontra seu contraponto na implacável museomania” (HUYSSSEN, 1995). A destruição de marcos de referência urbanos, que são suportes da memória coletiva da cidade, resulta em graves conseqüências culturais;

Em terceiro lugar encontra-se a indústria turística, vinculada ao consumo de espaços da cidade, onde os lugares de memória passam a ser bastante cobiçados e lucrativos.

A manutenção das identidades culturais tem também o objetivo de garantir o sentimento de pertencimento cotidiano a uma sociedade concreta, contrastando com hegemonia dos valores universais. Assim, as pessoas além de serem cidadãos fazem parte de uma *idéia* de nação representada pela sua cultura nacional que é a principal fonte de identidade cultural (HALL, 1999: 47-49). Hall (1999: 58-65), porém, alerta para o fato de tal “cultura nacional” não ser de maneira nenhuma unificada, principalmente no mundo globalizado.

Augé (1994: 29) acredita que o fato dos historiadores comumente privilegiarem grandes temas, tradicionalmente considerados antropológicos (a família, a vida privada, lugares de memória...), resulta de uma procura por “sinais visíveis daquilo que foi” para que se possa enxergar “o brilho súbito de uma identidade inencontrável” no mundo contemporâneo. “O espaço de fluxos é definido pela integração na sociedade em rede, enquanto que o espaço local é definido pela estruturação social e cultural. É preciso não esquecer que, no mundo atual, é o primeiro que predomina na luta pela competitividade, sendo o segundo o algo mais que diferencia.” (LOPES, 1998: 50)

Esta busca por este “algo mais” por parte das cidades leva à manipulação de padrões familiares em um vocabulário urbano recheado de revitalizações, reabilitações, reciclagens. Não é de se estranhar que também estes espaços da cidade dentro do capitalismo tardio sejam produzidos em série. Assim percebe-se que a cidade passa a ser formada por fragmentos bastante diferenciados entre si ao mesmo tempo em

Autenticidade x exploração imagética do patrimônio cultural

que se passa a observar muitas semelhanças entre cidades distintas, ou seja, “um sistema crescentemente homogeneizado a nível global, embora fragmentado e hierarquizado a nível local” (BOYER, 1992: 9).

Para integrar os bens culturais ao circuito das mercadorias, a saída encontrada foi a união do turismo a uma política cultural. O bem cultural passa a ser visto como uma mercadoria, porém o problema encontrado é a colisão entre a noção de mercadoria e a de bem público, o qual deve ter apenas valor de uso, sendo seu preço de mercado incalculável.

Já em 1968, Lefebvre (1991: 04) observa o contraste entre a característica que ele identifica como essencial da cidade, o fato dela ser uma obra; com a orientação que vem ocorrendo na direção do dinheiro, na direção dos “produtos”. O contraste é evidenciado pelo fato da obra ter valor de uso, enquanto que o produto possui valor de troca. No que diz respeito aos núcleos urbanos, Lefebvre (1991: 12, 13) ressalta que “as qualidades estéticas desses antigos núcleos desempenham um grande papel na sua manutenção”. Estes núcleos acabam se tornando, então, um “produto de consumo de alta qualidade para estrangeiros, turistas,” etc.. O autor conclui que a sobrevivência destes núcleos é devida ao “duplo papel: lugar de consumo e consumo do lugar”.

É dentro deste contexto que surge o chamado fenômeno da gentrificação. O termo gentrificação (aportuguesamento de *gentrification*) é utilizado para caracterizar o processo de revitalização de áreas deterioradas física e socialmente, transformando-as em áreas nobres através da expulsão dos antigos moradores e apropriação destas áreas pela classe média e média alta. O apelo histórico característico da gentrificação possui um forte aspecto psicológico, de maneira que as pessoas se sintam re-experimentando sucessos do passado para esquecer as recentes decepções – poluição, inflação, guerras... (SMITH, 1996: 340).

Zukin (1996: 210) observa que a gentrificação (também denominada como *enobrecimento* por alguns tradutores) se dá através de duas etapas básicas: primeiro uma parcela da população que não possuía relação com estas áreas passa a percebê-las, em seguida ocor-

re a imposição desta visão, conduzindo a um processo “material de apropriação espacial”. Porém, a designação de ‘pioneiros urbanos’ para as pessoas que iniciam estes processos não é a mais conveniente, já que tais reabilitações residenciais, na maioria das vezes, só ocorrem depois que bancos e outros atores econômicos se apropriam de tais localidades (SMITH, 1996: 341).

Entende-se, então, por gentrificação o processo de substituição de classes na apropriação de áreas históricas que normalmente é iniciado por artistas, intelectuais ou pessoas de sensibilidade em relação à cultura. Arantes (1996: 234), porém, identifica processos de elitização de áreas históricas a partir de investimentos do Estado, e às vezes em conjunto com a iniciativa privada, como uma “gentrificação induzida”.

Contrário a este processo de substituição de classes, Argan (1995: 79) ressalta a importância da preservação da população original destes centros: “A substituição das velhas classes populares e pequeno-burguesas por novas classes ricas provoca verdadeiras falsificações, não só porque os edifícios são geralmente esvaziados, reduzidos à simples fachada, reestruturados em seu interior, mas também porque as próprias classes originais constituem um bem cultural que deveria ser protegido”.

No caso do Brasil, o que se tem observado em muitas cidades é a intervenção por parte do Estado, às vezes em parceria com a iniciativa privada, em áreas históricas com o objetivo de mudar o tipo de apropriação, ou seja, uma atuação identificada por Arantes (1996: 234) como “gentrificação induzida”. Várias capitais brasileiras estão tendo seus “centros históricos” revitalizados, recuperados, restaurados, re... Exemplos deste tipo de intervenção são o Centro Histórico de São Luís, o Bairro do Recife em Recife e o Pelourinho em Salvador, respectivamente.

Como consequência do esforço do antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)¹ de tornar suas práticas mais atualizadas, articulando planejamento econômico e urbano à preservação de “centros históricos” para constituir uma política eficaz, é que este tipo de experiência ganhou mais força no Brasil. Este esforço, iniciado no final da década de 60, obteve poucos resultados na década

de 70 e, finalmente, começa a surtir efeitos e tomar um corpo mais consistente a partir dos anos 80.

Com a expansão urbana de grande intensidade, resultando num crescimento horizontal e adensamento vertical, ocorrida durante a década de 70 e início da de 80, as áreas centrais das grandes cidades passam por um processo gradativo de perda de posição relativa. Concomitantemente a isto, os bairros mais novos, mais sofisticados e adequados ao ritmo desta “nova” cidade adquirem maior importância e passam a ser os “novos centros”. “Este movimento se refletiu na montagem das políticas locais que, gradativamente, foram desprivilegiando os centros tradicionais como espaço de investimento continuado, o que contribuiu para a aceleração do processo de degradação e deterioração que hoje caracteriza parte significativa das áreas centrais das grandes cidades” (ZANCHETTI; MARINHO; MILET, 1995: 01) Obviamente, este processo não ocorre da mesma maneira em todas as cidades, ou seja, nem todas passam por esta falta de investimento público nos seus centros tradicionais.

A recuperação do Pelourinho, a revitalização do Bairro do Recife e a revitalização do centro histórico de São Luís podem ser consideradas como exemplos de “gentrificação induzida”, no caso do Pelourinho e do centro histórico de São Luís essencialmente por parte do Estado e no caso do Bairro do Recife por parte de uma parceria entre prefeitura e iniciativa privada.

É evidente a busca de formação de uma imagem positiva para todos os três casos citados no âmbito das cidades, através de uma estratégia de utilização do *marketing* urbano para a divulgação desta nova imagem em formação e no âmbito nacional e internacional, dando ênfase ao valor atribuído a áreas históricas e manifestações culturais.

No caso do Bairro do Recife, que já foi palco de atividades portuárias de vital importância para a economia da cidade, e passou por uma reforma modernizante no início do século, para “elevá-lo” à condição de espaço europeizado e, em seguida, passou por um longo processo de degradação quando adquiriu a imagem da boemia e dos prostíbulos; agora é “vendido” como espaço familiar destinado, prin-

principalmente, a atividades de lazer de pessoas que apreciam a história e a cultura.

O Pelourinho também se encontrava estigmatizado como área de marginais e prostituição, tendo sido inclusive regulado durante muito tempo, de 1974 até 1981, pela Lei do Silêncio que impedia a circulação de pessoas e funcionamento de bares após as 22 horas, estabelecendo um verdadeiro estado de sítio. A partir de 1991, realiza-se uma verdadeira limpeza na área que transforma radicalmente a sua imagem.

O centro histórico de São Luís, após um longo período em que se constituiu como o núcleo principal da cidade, entra em um processo de esvaziamento e empobrecimento que o leva a um estado de quase ruína. Desde o final dos anos 80, com um impulso concentrado ao final da década de 80, realiza-se uma verdadeira reconstrução da área em moldes relativamente semelhantes aos outros dois casos.

Nestas intervenções evidencia-se também a visão do patrimônio histórico e de atividades culturais como uma fonte altamente rentável, principalmente quando exploradas enquanto objeto de consumo turístico. Aí entra a difícil tarefa de saber utilizar os benefícios, principalmente financeiros, que o turismo pode trazer, sem transformar lugares, cheios de significados para a nossa cidade, em não-lugares que se prestam apenas para o espetáculo urbano e consumo efêmero.

O processo do Bairro do Recife ainda pode ser considerado mais de acordo com as tendências contemporâneas, uma vez que, diferente do caso do Pelourinho e do centro histórico de São Luís, funciona através de um tipo de gestão “empresarialista” que baseia sua ação na parceria com investidores privados.

Típicas intervenções do urbanismo contemporâneo, estes projetos demonstram qual o papel que a história e a memória assumem na contemporaneidade. Apesar de ressaltarem a importância da cultura e da história, o tratamento destinado às áreas é, na maioria das vezes, superficial e epidérmico.

A apropriação destes espaços “revitalizados” também passa a se dar de maneira diferenciada. A palavra “apropriação” denomina a singularidade, a particularidade, a sensação de propriedade das pessoas em relação a um espaço. O processo de apropriação implica uma

relação com o outro e um processo de negociação. Se considerarmos o espaço cultural, não com seu sentido habitual, mas no sentido de seu caráter humano podemos dizer que “culturalizar” o espaço é “humanizar” o espaço. Nesses termos cada espaço é uma esfera culturalmente construída onde cada pessoa constrói um ponto de vista sobre o mundo que é particular de cada um.

A sensação que se tem na apropriação dos cenários e revitalizações historicizantes contemporâneas é que estes espaços perdem um pouco desta cultura e desta humanização, exatamente pelo aspecto da artificialidade. Com certeza, o tipo de apropriação resultante é diverso do anterior.

3. A autenticidade do patrimônio edificado de áreas “revitalizadas”

Essas intervenções e revalorizações de “centros históricos” que ocupam espaço cada vez maior nos projetos urbanísticos, tanto no âmbito internacional como, mais recentemente, no nacional, possuem características bem variadas nos padrões de intervenção e também nos modelos de gestão. Entretanto, apesar da diversidade de posturas, em muitos casos, o que se tem observado são práticas danosas à autenticidade do patrimônio edificado destas áreas.

Dourado (1995: 139) alerta para o fato de que muitas dessas revitalizações, reabilitações, recuperações, renovações, “re-etc.”, “avancam sobre os edifícios do passado de maneira indiscriminada e invasiva, incidindo, quase sempre irremediavelmente, sobre a obra que se pretende conservar”. (DOURADO, 1995).

Como subsídio para esta discussão teórica e na busca de parâmetros para a defesa da diversidade cultural das áreas patrimoniais, os anos 90 concentram grandes debates internacionais em torno do conceito de “autenticidade” (JOKILEHTO, 1995: 17).

A partir do momento em que a Unesco incorpora a exigência de um “teste de autenticidade” para a inscrição na Lista de Patrimônio Mundial, no final dos anos 70, abre-se uma lacuna para a discussão mais ampla sobre o referido conceito. A construção da Lista de Patrimônio Mundial está baseada no conceito de “notório valor universal”², que corresponde a uma significação tão excepcional que

transcenda as fronteiras nacionais e seja de importância tanto para o presente como para as futuras gerações, ou seja, para a humanidade.

A qualificação de um sítio para vir a fazer parte da Lista de Patrimônio Mundial requer fundamentalmente a condição de satisfazer as noções de “autenticidade e integridade”. Jokilehto (2006) nos lembra que ao tratar da autenticidade, estamos lidando com as noções de continuidade e mudança e, também, com a noção de verdade. Noções estas que possuem uma longa história de discussão filosófica. O autor defende que, para tornar mais claro o conceito de valor universal, é preciso reconhecer a diversidade cultural como a essência do patrimônio da humanidade. Assim, ele defende que a autenticidade e a verdade de determinada obra é diretamente proporcional à contribuição criativa e inovadora que esta representa. Então, a conservação de determinada obra é um processo que requer o entendimento e apreciação de vários significados e não se limitando ao aspecto material.

É importante lembrar que esta apreciação se renova e modifica, à medida que tempo passa, estando diretamente ligada à sociedade que o observa em um dado momento. Nesse sentido, em sua Teoria da Restauração, Brandi defende que tanto a apreciação quanto a conservação de uma obra de arte dependem do reconhecimento de sua significância no momento em que esta é apreciada (BRANDI, 1994). Brandi reforça a filosofia de Riegl para quem o valor artístico é um valor determinado no momento presente, segundo o reconhecimento da sociedade contemporânea (RIEGL, 1987).

Além da autenticidade, o outro conceito fundamental para a identificação patrimonial é exatamente o conceito de integridade. A integridade está necessariamente relacionada às qualidades que são valorizadas em determinado ambiente. A definição de integridade que pode ser observada no “Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention”, de 2005 diz que: “Integrity is a measure of the wholeness and intactness of the natural and/or cultural heritage and its attributes” (In: JOKILEHTO, 2006).

Jokilehto (2006) ressalta a importância do patrimônio edificado para a identificação desta integridade: “A identificação espacial dos

elementos que documentam essas funções e processos ajuda a definir a ‘integridade estrutural’ do lugar, se referindo ao que sobreviveu de sua evolução ao longo do tempo. Esses elementos proporcionam um testemunho da resposta criativa e da continuidade nas estruturas construídas, fornecendo o sentido do conjunto espacial e ambiental da área” (JOKILEHTO, 2006). Jokilehto também levanta a importância da “integridade visual” que ajuda a definir os aspectos estéticos representados pela área.

A partir do exposto, em se tratando especificamente do aspecto material, percebemos a intrínseca relação existente entre a autenticidade de determinado conjunto e o tipo de intervenção realizada em seu estoque construído. Para auxiliar a análise desta relação, consideramos bastante pertinentes as categorias de intervenção propostas por Tiesdell, Oc, Heath (1996: 166-207) que identificam o caráter arquitetural das intervenções em áreas históricas a partir dos conceitos de “uniformidade contextual”, “continuidade contextual” e “justaposição contextual”.

Os autores iniciam suas considerações sobre as intervenções físicas ressaltando que o atributo estético mais importante de uma área histórica corresponde ao seu “espírito de lugar” e que este deve ser mantido. Por sua vez, a manutenção da identidade visual e da continuidade do caráter físico das áreas históricas possui uma dependência crítica das práticas intervencionistas adotadas. Estas, entretanto, são alvo de discussões acadêmicas acirradas nas quais se podem identificar três posicionamentos chave.

Por “uniformidade contextual” os autores entendem a cópia ou imitação dos estilos da vizinhança. Esta opção encontra críticas como a de levar ao enfraquecimento da própria qualidade do lugar que se procurava manter através da diluição entre originais e cópias. Além disso, os autores alertam que “a noção de uniformidade contextual pode converter-se num superficial e pouco desafiador pastiche” (TIESDELL, OC, HEATH, 1996: 188).

Este tipo de prática intervencionista encontra adeptos entre os defensores das reconstituições que buscam seguir os princípios de Viollet le Duc. Chamando atenção aqui para o fato de estarmos falan-

do do aspecto da teoria de Le Duc que mais se difundiu, ou seja, a “unidade estilística”. Porém, sendo apenas uma simplificação mutiladora da teoria deste autor.

Se buscarmos a relação entre este tipo de intervenção e o conceito anteriormente trabalhado de autenticidade, concluímos que os conceitos caminham em direções opostas. Podemos considerar que a utilização deste tipo de intervenção está preocupada com a manutenção da integridade do local que, como vimos, diz respeito a sensação de completude de determinado conjunto. Entretanto, neste caso, a integridade é buscada às custas do comprometimento da autenticidade.

O princípio comumente utilizado para as novas construções dentro de uma área que vem passando por um processo de gentrificação, seja ela induzida ou não, é o da Uniformidade Contextual. ‘Novas’ construções são quase sempre réplicas, repetições, pastiches do estilo característico da área que se pretendia preservar, causando uma verdadeira confusão visual e comprometendo a autenticidade tanto do tecido antigo quanto do novo (SMITH, 1996: 341; 353) (DOURADO, 1995) (FERNANDES; GOMES, 1995).

A “justaposição contextual” é a posição intervencionista herdeira das idéias do Modernismo que busca o espírito do nosso tempo (*zeitgeist*). Os defensores desta opção acreditam que a ordem harmônica pode ser alcançada através da justaposição de edificações de diferentes épocas, cada uma representando a expressão do seu próprio tempo.

Este tipo de prática intervencionista destaca a marca do tempo (ou será do arquiteto?), ou seja, o valor documental em detrimento do valor artístico. Aqui poderíamos perceber uma relação com os princípios de Boito onde o valor histórico está no cerne da questão. Porém, ao destacar este valor documental, em muitos casos perdemos a leitura do conjunto, ou ainda, a nova construção passa a chamar mais atenção do que o conjunto estabelecido. Isto na seria problema se não estivéssemos falando de áreas patrimoniais que pretendemos preservar para as gerações futuras. Se relacionarmos este tipo de intervenção com os conceitos de autenticidade e integridade, percebemos que, apesar de não comprometer a autenticidade do conjunto por deixar

clara a passagem do tempo, a integridade da área vê-se afetada ao interferir na leitura do conjunto.

Por fim, a “continuidade contextual”, pode ser caracterizada como uma posição intermediária entre os dois extremos explicitados acima. Esta vertente está ligada as novas concepções arquitetônicas surgidas após o período modernista. Na contemporaneidade a preocupação com a continuidade histórica das cidades e dos lugares tem levado, em termos arquitetônicos, a legitimação de abordagens de *design* que se referem à arquitetura precedente e à tradição. Este envolvimento com a tradição arquitetônica do contexto procura ser aqui, não uma cópia ou imitação, mas uma interpretação (TIESDELL, OC, HEATH, 1996: 194-195).

Estas podem ser classificadas como intervenções que respeitam a condição de obra de arte e trabalham a dupla polaridade histórica e estética defendida por Brandi. Aqui não se cria uma falsificação histórica, porém, também não se agride a leitura estética de áreas que são consideradas patrimoniais exatamente porque possuem características particulares que não podem ser encontradas em outros lugares e que devem ser respeitadas. Assim, esta categoria de intervenção procura levar em conta tanto o conceito de autenticidade quanto o de integridade que é exatamente a proposta para a determinação do patrimônio mundial.

Considerações finais

É possível perceber através dos argumentos expostos ao longo deste trabalho que a “Indústria patrimonial” tem sido colocada para muitas localidades como sinônimo de sobrevivência e futuro econômico. Por outro lado, os efeitos secundários são bastante perversos. Dentre estes podemos destacar: a exclusão da população local, homogeneização e, até mesmo a autodestruição em consequência do sucesso (CHOAY, 2001).

Apesar de toda uma tendência a uma abordagem cultural a nível de construção do pensamento conservacionista, baseado na valorização simbólica do patrimônio, na prática, o que se observa é uma super valorização da abordagem econômica baseada em práticas neoliberais e globalizantes. Tal fato torna-se ainda mais claro, ao se perceber a

própria transformação do conceito de cultura que passa a incorporar a dimensão econômica (cultura de massa), sufocando seu tradicional caráter identitário.

Muitos valores que levam a uma exploração econômica mais eficiente das áreas históricas estão sendo criados, mesmo que isto signifique destruição dos valores culturais, colocados, na teoria, como a essência da preservação.

Para sair desse momento, será necessário “sondar a ‘imagem patrimonial’ com olhar crítico” (CHOAY, 2001: 249) e repensar nossas práticas atuais do patrimônio, “não tendo mais por objetivo a conservação do patrimônio que tem, como tal, um interesse apenas relativo e limitado, mas a conservação de nossa capacidade de lhe dar continuidade e de substituí-lo” (CHOAY, 2001: 257).

Nos três processos de revitalização acima comentados, temos a seguinte situação:

- todos eles se utilizam de cores diferentes das originais para chamar a atenção das pessoas para os detalhes e beleza dos prédios. O que, apesar de não se constituir em uma técnica de restauro, é uma alternativa aceita onde se opta por acrescentar um valor antes inexistente como um meio de agregar valor à área;

- segundo os executores do projeto de revitalização no Bairro do Recife, neste processo teria sido utilizada a “restauração científica”, a qual é amplamente utilizada pelo SPHAN. Na análise dos exemplos práticos o que se observa é que, apesar de não ter sido rejeitada a expressão arquitetônica contemporânea, esta, muitas vezes, age de forma invasiva sobre o patrimônio que se procura preservar;

- quanto à revitalização do Pelourinho, não foi encontrado em nenhum documento a definição sobre a posição tomada frente à recuperação dos imóveis. O que se observou foi a modificação da tipologia de algumas edificações através da abertura de praças semi-públicas e uma perspectiva projetual voltada ao pastiche. De um modo geral, as intervenções não marcam o que é a produção contemporânea, confundindo a leitura da edificação que se pretendia conservar;

- o caso de São Luís trabalhou oficialmente com três categorias de intervenção: Preservação Arquitetônica, Reconstituição

Autenticidade x exploração imagética do patrimônio cultural

Arquitetônica, Integração Arquitetônica. Apesar das categorias trabalharem a idéia de que se deve repudiar a elaboração de falsos históricos, os exemplos práticos, aproximam-se aos pastiches realizados no Pelourinho.

Assim, observamos que todos deixam a desejar no tratamento da autenticidade e integridade do patrimônio edificado, demonstrando a necessidade de reflexão sobre a prática contemporânea de revitalizações de áreas históricas.

Notas

¹ Órgão de preservação federal criado em 1937.

² No original: *outstanding universal value*.

Referências bibliográficas

- ARANTES, Otilia. Cultura da cidade: animação sem frase. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 24, 1996. p. 229-240.
- ARGAN, Giulio Carlo. História da Arte como História da Cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 280p.
- AUGÉ, Marc. Não-lugares- Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994. 111p.
- BAHIA, Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da. VIA BAHIA. Salvador, ano I, n. 2, dez/1997.
- BAHIA, Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da. VIA BAHIA. Salvador, ano II, n. 4, abril/1998.
- BAUDRILLARD, Jean. A sociedade de consumo. Rio de Janeiro: Elfos Ed., 1995. 213p.
- BOITO, Camillo. Os restauradores. Apresentação por Beatriz Mugayar Kühl e tradução por Beatriz Mugayar Kühl e Paulo Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. Coleção Artes & Ofícios, n. 3. 63p.
- BOYER, M. Christine. The Return of Aesthetics to City Planning. In: Society, 1988. p. 49-56.
- BRANDI, Cesare. Teoria da Restauração. Apresentação por Giovanni Carbonara e tradução por Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. Coleção Artes & Ofícios, n. 5. 261p.
- CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- DOURADO, Odete. Conservação ou invenção? Notas sobre uma relação ambígua. In: (Re) Discutindo o Modernismo, Anais do DCOMOMO Brasil. Salvador: UFBA, 1995. p.139-146.
- FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A de Filgueiras. Operação Pelourinho: O que há de novo além das cores? In: ZANCHETTI, Sílvio (Coord.); MARINHO, Geraldo; MILET, Vera(Orgs.). Estratégias de Intervenção em Áreas Históricas. Recife: MDU/UFPE, nov.,1995. p. 46-52.
- FERNANDES, Antônio Sérgio. Empresarialismo urbano em Salvador: a Recuperação do Centro Histórico Pelourinho. Dissertação de Mestrado apresentada ao Mestrado

Natália Miranda Vieira

- em Desenvolvimento Urbano da UFPE. Recife: UFPE, 1998. 105p.
- FERRARA, Lucrécia D'Alessio. O turismo dos deslocamentos virtuais. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza (Orgs.). Turismo: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 15-24.
- GARCIA, Fernanda Ester Sánchez. Da cidade modelo à cidade virtual: lastros da cultura urbana de uma Curitiba emblemática. In: CD Rom com Anais do V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Campinas: PUC Campinas, 1998. 12p.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. 102p.
- HUYSEN, Andreas. Mapeando o pós-moderno. In: HOLLANDA, H. B. (org.) Pós-modernismo e Política. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1991. p. 15-80.
- JOKILEHTO, Jukka. Authenticity: a General Framework for the Concept. In: LARSEN, Knut Einar (ed.). Nara Conference on Authenticity – Proceedings. Japan: UNESCO/ICCROM/ICOMOS, 1995. p. 17-34.
- LEFEBVRE, Henry. O direito à cidade. São Paulo: Editora Moraes, 1991. 145p.
- LOPES, Rodrigo. A Cidade Intencional: O Planejamento Estratégico de Cidades. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. 182p.
- MADUREIRA, Sevy. Bairro do Recife. A Revitalização & o Porto Seguro da Boemia. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, SEPLAN, 1996. 136p.
- RIEGL, Alois. El culto moderno a los monumentos. Madrid: Visor, 1987.
- SMITH, Neil. Gentrification, the frontier, and the restructuring of urban space. In: FAINSTEIN, Susan S.; CAMPBELL, Scott (Org.). Readings in Urban Theory. Oxford: Blackwell Publishers Ltd, 1996. p. 392- 414.
- SUBIRATS, Eduardo. A cultura como espetáculo. São Paulo: Nobel, 1989. 156p.
- TIESDELL, Steven; OC, Taner; HEATH, Tim. Revitalizing Historic Urban Quarters. Oxford: Architectural Press, 1996.
- VIEIRA, Natália Miranda. A imagem diz tudo? O espaço urbano como objeto de consumo. In: Bahia Análise & Dados, v. 9, n. 2. Salvador: Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia, setembro de 1999. p.39-44.
- VIEIRA, Natália Miranda. O lugar da história na cidade contemporânea. Bairro do Recife x Pelourinho. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA. Salvador: UFBA, 2000.
- VIEIRA, Natália Miranda. O urbanismo contemporâneo e a (des)construção da identidade cultural. In: Anais da XIX Conferência Latino Americana de Escolas e Faculdades de Arquitetura. São Paulo: Mackenzie, 2001.
- VIOLLET LE DUC, Eugène Emmanuel. Restauração. Apres. e trad. por Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000. Coleção Artes & Ofícios, n. 1. 70p.
- WELSCH, Wolfgang. Aestheticization Processes - Phenomena, Distinctions and Prospects. In: Theory Culture & Society - Explorations in Critical Social Science, V. 13, n.01. Londres: SAGE Publications, fevereiro de 1996.
- ZANCHETTI, Sílvio (Coord.); MARINHO, Geraldo; MILET, Vera (Orgs.). Estratégias de Intervenção em Áreas Históricas. Recife: MDU/UFPE, nov.,1995. 219p.
- ZUKIN, Sharon. Paisagens Urbanas Pós-modernas: mapeando cultura e poder. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 24, 1996. p. 204-219.